



José Nery (E), Márcio Meira, Sandro Tuxá, Paulo Paim, Luiz Couto e Eduardo Suplicy compõem mesa no Petrólio Portela

Europa pode criar normas para importar etanol

A União Europeia discute o estabelecimento de normas de certificação para a importação de etanol, segundo informou Bärbel Höhn, vice-presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil. Ela participou de encontro de parlamentares brasileiros e alemães, realizado ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Página 2**

Arns elogia STF pela decisão de debater uso de célula-tronco

O senador Flávio Arns elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal de realizar hoje audiência pública para reunir informações que embasem o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade contra o uso de células-tronco embrionárias. O debate com cientistas, segundo o senador, facilitará a decisão. **Página 7**

Índio cobra estatuto e teme obras do PAC

Representantes de 98 nações indígenas pedem, em reunião no Senado, participação nos debates sobre temas que afetam suas vidas

A aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que está tramitando na Câmara dos Deputados, é a principal reivindicação das mais de mil lideranças que participaram de debate promovido no Senado para celebrar o Dia do Índio. O dirigente da Coordenação

das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Jecinaldo Barbosa Cabral, pediu que o governo discuta com as lideranças os projetos do PAC que possam causar danos ao meio ambiente, às terras indígenas ou à cultura desses povos. **Página 6**

Governo busca apoio para a rede de TVs públicas

Os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, discutiram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto do governo de instituir uma rede nacional de TVs públicas. Gil afirmou que os parlamentares precisam participar do debate e Franklin previu que, no segundo semestre, o Congresso votará o marco legal para o setor. **Página 3**

Senado celebra os 47 anos de Brasília

A cidade é símbolo de empreendedorismo, coragem e abertura para o futuro, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. Joaquim Roriz lembrou que sua história está ligada à capital, que, segundo Adelmir Santana, possui níveis europeus de qualidade de vida. Marconi e Quintanilha associaram-se à homenagem. **Página 8**



Sessão especial requerida por Adelmir Santana em homenagem ao aniversário de Brasília lota o Plenário e as galerias

Deputada alemã diz que projeto brasileiro é visto com interesse em seu país, mas que há dúvida se a produção do biocombustível não afetaria a de alimentos



O encontro promovido pela CRE, com a participação de sete deputados da Alemanha, também abordou o aquecimento global

Parlamentares do Brasil e da Alemanha debatem o etanol

O programa brasileiro de biocombustíveis e o aquecimento global foram os principais temas do encontro de parlamentares brasileiros e alemães, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As duas questões voltam a ser debatidas em encontro previsto para junho, no Parlamento alemão. A delegação alemã era composta por seis deputados e uma deputada.

Ao abrir a reunião, o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), ressaltou a tradição de amizade entre os dois países. O vice-presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), também deu as boas-vindas aos visitantes e recordou o grande número de descendentes de alemães no Brasil.

Participando do debate, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) quis saber a opinião dos visitantes a respeito do programa brasileiro de produção de etanol. A deputada Bärbel Höhn, vice-presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-

Brasil, afirmou que o projeto é visto com interesse no seu país. Ressaltou, porém, que existe dúvida se a produção de álcool não estaria prejudicando a de alimentos. Ela informou que está em discussão o estabelecimento, pela União Européia, de normas de certificação para a importação de etanol.

Em resposta a uma pergunta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a deputada Bärbel Höhn, do Partido Verde, explicou o chamado “imposto ecológico”, por meio do qual se tributa mais o consumo de energia para ajudar a financiar a seguridade social.

Alimentos

O deputado alemão Lothar Mark, do Partido Social-Democrata, defendeu a ampliação do comércio entre as duas nações. Ele observou que as trocas entre a Alemanha e a América Latina representam apenas 2% do total do comércio exterior de seu país. Respondendo a indagação de Lothar, quanto ao interesse do Brasil

e da Alemanha em obter assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse considerar importante que os dois países “cooperem” no conselho.

Atendendo a questão formulada por Mão Santa (PMDB-PI), o deputado Kurt Rossmannith, presidente do grupo parlamentar, afirmou que os salários dos professores de nível superior na Alemanha são “mais do que aceitáveis”.

Responsabilidade

Serys relatou sua participação em reunião de parlamentares do grupo G8+5 – os oito países mais desenvolvidos e os cinco principais emergentes – em Washington, quando defendeu a “responsabilidade diferenciada” das nações em relação ao aquecimento global. Segundo a senadora, ficou decidida a realização de um novo encontro, em Berlim, em junho, e de um seminário internacional no Brasil sobre o assunto, no início do próximo ano.

Helicópteros devem ter coletes salva-vidas em vôos sobre água

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem, em turno suplementar, o projeto do então senador Rodolpho Tourinho que torna obrigatório o uso de coletes salva-vidas em helicópteros que façam vôos sobre grandes extensões de água.

A proposta, acolhida em decisão terminativa, recebeu substitutivo do relator ad hoc, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O texto considera grande extensão de água a superfície contínua superior a dez quilômetros.

Na mesma reunião, a CRE apro-

vou parecer favorável a projeto de decreto legislativo (PDS 21/07) que ratifica o ajuste ao acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a Nicarágua para modernização do setor dendroenergético – que usa a madeira e o carvão vegetal como matérias-primas.

Outra proposta acolhida pela comissão foi o PDS 27/07, que ratifica emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento. Recebeu ainda aprovação o PDS 32/07, sobre acordo de cooperação judicial com Cuba.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

O Plenário realiza a partir das 9h sessão não-deliberativa. A reunião é destinada a pronunciamentos dos senadores, comunicados das lideranças e da Mesa diretora e à apresentação e leitura de propostas. Entre os oradores, estão inscritos Sibá Machado (PT-AC) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Países de língua portuguesa

Continua aberta até o dia 27, das 9h às 18h, na Senado Galeria, a exposição Cidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Senado, em parceria com a embaixada de Cabo Verde e o Instituto

Camões, apresenta mostra composta de gravuras do Arquivo Histórico Ultramarino, que comemorou, no último ano, dez anos de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Aniversário de Brasília

Em homenagem a Brasília, que completa 47 anos amanhã, 21 de abril, a Rádio Senado convidou para um bate-papo quatro brasilienses que viram o sonho da nova capital tornar-se realidade. O programa será

transmitido hoje, às 20h. Os convidados compartilham lembranças da infância na cidade, além de opiniões, críticas e expectativas em relação à capital. Haverá reprises amanhã, às 10h, e domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha e Mão Santa

Jarbas alerta oposição para estratégia de cooptação de Lula

A recente negociação entre opositoristas e o presidente Lula para o fim do instituto da reeleição levou o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) a fazer um alerta, ontem, para a “estratégia clara e determinada do presidente da República de se tornar unanimidade, de cooptar a todos”. Afirmado ser contrário à reeleição, Jarbas disse que o Senado deve ser a principal trincheira de resistência à submissão total aos interesses do governo.

– Não foi por outra razão que o presidente da República reclamou que os senadores do PT não estavam defendendo o governo. Ele sabe que nesta Casa jamais terá a unanimidade que tanto ambiciona – observou o senador.

Jarbas comparou o papel dos senadores de oposição com o desempenhado pelos 21 senadores que aceitaram se filiar, há 41 anos, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), viabilizando a organização de um partido de resistência à ditadura militar.

– Hoje persiste uma situação desconfortável, uma situação desfavorável, mas não devemos



Para Jarbas Vasconcelos, Senado deve ser a principal trincheira de resistência

tergiversar, temos a obrigação moral e cívica de não capitular.

O senador disse que a oposição errou quando subestimou a capacidade do PT e do presidente da República de se recuperarem do maior escândalo político da história recente do Brasil. Ele frisou que não é possível errar novamente, ficando atônitos diante da popularidade de Lula, e que o papel da oposição é essencial para a democracia brasileira.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que Jarbas Vasconcelos teve um papel fundamental na luta pelo renascimento da democracia no país.

João Pedro propõe voto de aplauso ao jornal amazonense A Crítica

O Senado encaminhará voto de aplauso, a pedido de João Pedro (PT-AM), aos diretores e demais funcionários do jornal A Crítica, do Amazonas, que completou ontem 58 anos de existência. Fundado pelo jornalista e empresário Umberto Calderaro Filho, o jornal integra hoje uma rede de comunicação que também atua no jornalismo radiofônico e televisivo, dirigida pela viúva e pela filha de Umberto, respectivamente Rita Araújo Calderaro e Tereza Cristina Calderaro Corrêa.

– A história do jornal A Crítica foi marcada pela defesa dos interesses do Amazonas e da Amazônia desde a sua primeira



História do jornal foi marcada pela defesa dos interesses do estado, frisa João Pedro

edição – elogiou.

O parlamentar manifestou ainda solidariedade às reivindicações feitas por líderes indígenas em audiência pública no Senado.

Gilberto Gil e Franklin Martins afirmam que rede de emissoras em estudo terá papel complementar, abordando assuntos que recebem pouca atenção das televisões comerciais

Ministros pedem o apoio de Renan à rede de TV pública

Os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, pediram ontem apoio institucional do presidente do Senado, Renan Calheiros, ao projeto do governo de constituir uma rede nacional de TVs públicas. Os dois ministros fizeram o mesmo pedido ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

De acordo com Gilberto Gil, a rede de TVs públicas terá um papel complementar aos canais privados, estimulando e abordando áreas e assuntos que têm pouca atenção das televisões comerciais. Ele afirmou que os parlamentares precisam participar das discussões sobre o assunto.

Por sua vez, Franklin Martins disse que a visita aos presidentes do Senado e da Câmara é o primeiro passo para que o Congresso Nacional participe, “junto com amplos setores da sociedade”, da constituição da rede de TVs públicas.

– Viemos conversar com o



Gil e Martins entregam a Renan (C) estudos realizados pelo 1º Fórum de TVs Públicas

Legislativo para ver como o Congresso se integra nisso. Provavelmente teremos de votar um novo marco legal para a TV pública no segundo semestre. Isso é um começo de conversa para poder desembocar em um processo de debate e discussão que construa esse marco legal – resumiu Martins.

O secretário de Comunicação Social da Presidência da República esclareceu que essa rede

de TVs não será “uma TV de governo, nem institucional, nem comercial”.

– TV pública é diversidade – explicou.

Os dois ministros apresentaram documentos e estudos já realizados pelo 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, e convidaram Renan Calheiros para participar do encerramento do fórum, que será realizado entre os dias 8 e 11 de maio, em Brasília.

Renan acompanhará ida do Papa à Fazenda da Esperança

O senador Renan Calheiros aceitou convite para comparecer à Fazenda da Esperança no mesmo dia da visita do papa Bento XVI ao local (12 de maio). O convite foi feito ontem, na sala de audiências da Presidência do Senado, pelo frei franciscano alemão Hans Stapel, coordenador da fazenda, que funciona como um projeto social para recuperação de jovens viciados em drogas. O deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) participou do encontro.

Além de Renan, dezenas de outras autoridades também devem acompanhar a visita do papa, entre elas os senadores José Maranhão (PMDB-PB) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Renan elogiou as atividades da Fazenda da Esperança e prometeu ao frade total apoio do Senado ao projeto. Stapel pediu ajuda de toda a sociedade brasileira no apoio à recuperação dos jovens brasileiros envolvidos com drogas.

– Gostaria que as autoridades

nos ajudassem a pensar na multidão de jovens que vem nos pedindo ajuda para sair das drogas – afirmou o frei.

Criada nos anos 1980 por Hans Stapel, em Guaratinguetá (SP), a Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda da Esperança tem centros em todo o país, além de unidades na Alemanha, Paraguai, Filipinas, México, Guatemala, Rússia e Argentina. O projeto atende atualmente a cerca de 1.500 jovens.



Suplicy diz que filme mostra a capacidade criativa e genial do arquiteto brasileiro

Suplicy destaca documentário sobre obra de Oscar Niemeyer

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem, em Plenário, o documentário cinematográfico A vida é um sopro, sobre a obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Comemorando acordo firmado entre produtores e empresas de cinema para exibição gratuita na semana de estreia, Suplicy recomendou o documentário não só aos profissionais de

arquitetura, mas também a todos os brasileiros. O filme começa a ser exibido amanhã nas principais cidades do país.

– Quero muito recomendar a todos os brasileiros, aos jovens, aos adultos, às crianças que vejam esse filme, a fim de perceberem o que é a beleza e a capacidade criativa e genial de Oscar Niemeyer, que descreve

como ele, menino, começou a desenhar, chamando a atenção de seu pai, que o estimulou.

Ao elogiar o documentário, que mostra as principais obras de Niemeyer no Brasil e no exterior, Suplicy destacou os depoimentos dos intelectuais José Saramago, Eduardo Galeano, Ferreira Gullar, Eric Hobsbawn, Nelson Pereira dos Santos, Mário Soares

e Chico Buarque.

Suplicy terminou seu discurso lendo o poema Autodefinição, de Niemeyer. Um trecho diz o seguinte: “A arquitetura que faço não importa/O que eu quero é a pobreza superada/ A vida mais feliz, a pátria mais amada”. Em aparte, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) solidarizou-se com o pronunciamento.



Mário Couto cobra ações públicas, sobretudo do governo federal

Mário Couto diz que a cada 17 horas morre um policial

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a cobrar ações públicas, principalmente do governo federal, no combate à violência no país. “Não tenho dúvidas de que estamos em guerra civil”, declarou, assinalando que a cada 17 horas morre um policial militar em confronto com bandidos.

Conforme o senador, o Brasil perdeu 218 policiais no combate à criminalidade na primeira quinzena de julho de 2005, ação que vitimou na Colômbia, no mesmo período, 64 policiais. O parlamentar acrescentou ainda que, entre 2005 e 2006, os registros de violência contra a mulher cresceram 50% no país. Ao analisar a questão no Pará – que, segundo o jornal O Liberal, seria o maior produtor sul-americano de maconha –, ele lamentou que o estado tenha contado apenas com R\$ 2 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública em 2006.

Apesar de elogiar a iniciativa do governo de lançar o PAC da Educação, Mário Couto reivindicou um conjunto de medidas semelhantes na área de segurança pública. Para ele, o Congresso está fazendo a sua parte no enfrentamento da violência ao editar centenas de proposições na área de segurança.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apontou a inação do governo federal frente à criminalidade. Já Tião Viana (PT-PA) ponderou que a responsabilidade de sua solução deve ser dividida entre os demais entes federados e instituições públicas. Magno Malta (PR-ES) defendeu a prisão perpétua para ações do crime organizado e narcotráfico.

Por considerar essencial uma discussão ampla, com a presença maciça dos integrantes da CI, Marconi Perillo anuncia que vai telefonar pessoalmente para cada senador e pedir a presença

Comissão tenta votar na terça projeto que bloqueia celulares em presídios

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) adiou ontem a votação do projeto de lei que determina às empresas operadoras do serviço móvel pessoal a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais. A proposição pretende impedir a comunicação por telefones celulares do interior das prisões.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), garantiu que o projeto (PLS 137/06), de autoria do então senador Rodolpho Tourinho, será votado na próxima reunião deliberativa da comissão, marcada para terça-feira. A proposta não foi votada ontem porque não havia quórum para uma decisão terminativa sobre a matéria.

– É verdade que este projeto já está na pauta há quatro reuniões e não foi votado, cada vez por um motivo

diferente. Temos um relatório e um voto em separado e considero essencial haver uma discussão ampla com a presença maciça dos integrantes da comissão. Vou telefonar, pessoalmente, para cada um, fazendo um apelo por sua presença – disse Marconi, ao lembrar que a proposta tem amplo respaldo da sociedade, já que se trata de um instrumento vital no combate ao crime, ao impedir a comunicação dos presos com suas quadrilhas fora das penitenciárias.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), informou que preparou seu parecer utilizando-se de ampla pesquisa que realizou junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e às operadoras de telefones celulares. Seu parecer, que está pronto desde o mês passado, contém ainda subsídios da Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) do Tráfico de Armas.

Segundo Flexa Ribeiro, o custo estimado de instalação dos bloqueadores é de R\$ 300 mil para cada um dos mil presídios do país. Para não onerar o consumidor, o que fatalmente ocorreria se o custo fosse bancado pelas operadoras, seu relatório prevê que as despesas sairão do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

– Esse fundo, que arrecada R\$ 2 bilhões anuais, somente utiliza cerca de R\$ 200 milhões por ano para suas funções de fiscalização – ressaltou.

A comissão aprovou ainda parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) recomendando que o projeto sobre a criação do Programa de Microdestilarias de Alcool (PLC 32/03) seja encaminhado à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), antes de ser analisado pela CI.



Renato Casagrande anuncia projeto para aperfeiçoar policiais

Casagrande quer criar Escola de Segurança Pública

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou ontem, em Plenário, que vai apresentar um projeto de lei criando a Escola Nacional de Segurança Pública, que terá como objetivo o aperfeiçoamento profissional dos policiais. Ele avalia que a administração pública, em todos os seus níveis, precisa estabelecer um modelo de gestão que priorize as ações na área de segurança pública.

O senador lembrou que o Congresso está fazendo mudanças na legislação, discutindo o aperfeiçoamento do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente; mas, observou, “não adianta agravar as penas dos crimes porque isso, por si só, não resolve os problemas”.

– Isso é um assunto de Estado, não é de nenhum governo, e exige efetivamente melhoria na gestão dessa área, com aumento de investimentos e investimentos em áreas correlatas.

Toque de recolher

Casagrande também condenou o toque de recolher imposto por criminosos em alguns bairros da cidade de Vila Velha (ES) no dia 18 deste mês. A medida atingiu os bairros de São Torquato, Cobi de Cima, Cobi de Baixo, Nova América e a Avenida Carlos Lindemberg, que liga o município a Vitória.

– A guerra entre a instituição Estado e o crime organizado está cada vez mais visível e mais sentida pela população. A ocupação desses bairros com maiores problemas na área de segurança pela polícia e com equipamentos comunitários é fundamental – disse o senador.

Mão Santa lamenta dados da pesquisa DataSenado

Para 65% dos brasileiros, a violência no Brasil tende a aumentar; para 20%, a nota dada para segurança pública foi 1. Esses são dados da pesquisa DataSenado, que entrevistou 1.068 pessoas em 130 municípios brasileiros, divulgada na quarta-feira e tema do discurso do senador Mão

Santa (PMDB-PI), ontem, em Plenário.

– O sentimento da população brasileira é de que a violência é um fenômeno que não pára de crescer no país. Hoje é maior do que nos últimos 12 meses e vai aumentar – lamentou o senador.

Mão Santa elogiou a

Secretaria de Comunicação Social do Senado, à qual é vinculado o DataSenado, pela realização da pesquisa. O senador comentou outros resultados apontados, como a avaliação da população da necessidade de endurecimento das penas e de um orçamento fixo para a segurança pública.

Nery critica impunidade em Eldorado dos Carajás

José Nery (PSOL-PA) criticou ontem, em Plenário, a falta de punição para os policiais militares do Pará que participaram do assassinato de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996. Ele lembrou que dos 155 policiais acusados apenas

dois foram condenados e, mesmo assim, cumprem pena em liberdade.

– Quantos filhos neste imenso país terão que tomar para que acabe a impunidade? Onze anos é tempo suficiente para que todos os responsáveis tivessem sido julgados e condenados, para que as

indenizações devidas tivessem sido pagas, e para que o tratamento médico e psicológico indicado estivesse sendo realizado – disse.

Para o senador, a “histórica concentração de terras no Brasil” é responsável pelo altos índices de violência contra trabalhadores sem-terra no Brasil.

Amparo às vítimas é ressaltado por Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou ontem que o governador do Pará à época do massacre de Eldorado dos Carajás, Almir Gabriel (PSDB), tomou todas as providências para dar suporte aos mutilados e aos familiares dos 19 mortos. Ele apontou ações realizadas desde 1996, quando

ocorreu o fato, como concessão de pensões especiais aos dependentes das vítimas, indenizações por danos morais e materiais, assentamento de famílias e assistência médica.

O senador parabenizou a governadora Ana Júlia Carepa por ampliar as ações de assistência às vítimas

mediante decreto, mas a criticou por “desconhecer o que já foi feito”. No entanto, em aparte, José Nery discordou, afirmando que as pensões não teriam sido concedidas pelo Estado espontaneamente, mas como fruto de ações judiciais que não alcançaram todas as vítimas.



Mão Santa comenta necessidade de um orçamento para segurança



“Histórica concentração de terras” é causa da violência, diz José Nery



Flexa Ribeiro cita providências tomadas por Almir Gabriel



Ideli Salvatti cita reportagem do jornal *Valor Econômico*

Ideli destaca maior oferta de empregos em SC

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) citou ontem reportagem do jornal *Valor Econômico* informando que, em Santa Catarina, empresas têm suavizado critérios para preencher vagas devido ao menor número de pessoas disponíveis e à maior concorrência pelos profissionais mais qualificados. A senadora ressaltou que a maior oferta de empregos deve ser vista como reflexo dos bons resultados da economia nacional.

Para Ideli, a realidade observada em seu estado pode ser verificada em todo o país. Segundo o *Valor Econômico*, em Jaraguá do Sul, a Meta Recursos Humanos vem buscando profissionais “de porta em porta”, e a Weg, maior empresa local, começou a flexibilizar as exigências para a contratação de operários. A parlamentar destacou que uma das funcionárias da Weg, entrevistada pelo jornal, afirmou que “alguns estão podendo escolher o emprego”.

A senadora registrou ainda que, segundo dados do Cadastro Geral de Empregos (Caged) citados pela reportagem, “as contratações estão aquecidas em Santa Catarina”.

Em fevereiro de 2007, diz o jornal, o estado teve saldo positivo de 14,7 mil pessoas empregadas, a maior parte delas nos setores de metalurgia, mecânico e material elétrico e de comunicação.

Ideli Salvatti citou uma série de indicativos positivos da economia para cobrar dos parlamentares mais empenho na aprovação das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Integrantes de subcomissão defendem mudança em projeto para garantir verbas do Fundo da Educação Básica a estudantes que serão matriculados em escolas especiais

Senadores querem recursos para futuros alunos com deficiência

Os integrantes da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), querem alterar o projeto de lei de conversão que regulamenta o Fundo da Educação Básica, o Fundeb (PLV 7/07). O

objetivo é estender os efeitos legais aos alunos com deficiência que se matricularem em escolas especiais após a publicação da lei.

Com essa finalidade, os senadores resolveram ontem solicitar à relatora do projeto, senadora Fátima Cleide (PT-RO), a retirada da expressão “até a data de publicação desta lei”



Eduardo Azeredo (E) com Flávio Arns, presidente e vice da subcomissão da CAS

do texto do parágrafo 4º do artigo 8º da proposição. Esse dispositivo prevê que, para fins de determinação do valor de recursos distribuídos pelo fundo, “admitir-se-á o cômputo das matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta lei, na educação especial oferecida em instituições

comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, com atuação exclusiva na modalidade”.

O presidente da subcomissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que, da forma como foi aprovado o projeto na Câmara, os alunos matriculados em escolas especiais depois da publicação da lei ficariam fora dos benefícios do Fundeb.

Essa opinião é compartilhada pelo vice-presidente da subcomissão, Flávio Arns (PT-PR), que destacou as necessidades individuais das pessoas com deficiência, e por Marisa Serrano (PSDB-MS).

Senado inicia preparativos para Semana de Valorização

Foi realizada ontem a primeira reunião da Comissão de Apoio à Pessoa com Deficiência, que organizará em outubro deste ano a 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O evento tem por objetivo aumentar o debate sobre inclusão.

Mônica Freitas, coordenadora da comissão, afirmou que a campanha já faz parte do calendário do Senado, o qual vem obtendo sucesso em incluir a pessoa portadora de deficiência.

— O Senado possui um programa de acessibilidade e inclusão que é

único — disse Mônica, citando medidas como a criação do serviço de atendimento e apoio à pessoa com deficiência e a contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para sessões especiais no Senado.

A cada dois meses será promovido um ato para aumentar a mobilização em torno da semana. Em maio serão



Mônica Freitas (em pé) afirma que Senado tem programa único

lançados dois selos: o do programa de valorização e acessibilidade do Senado e o da campanha Aprendendo com as Diferenças.

Adiada votação do Programa de Habitação Popular

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) adiou a votação do projeto destinado a alterar a legislação que cria o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP) para operacionalizar o plano e aumentar a oferta de habitações à população de menor poder aquisitivo. A matéria, que terá decisão terminativa, recebeu pedido de vista de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na reunião de ontem.

O projeto (PLS 351/05) é de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS) e teve parecer favorável do relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN). O relator substituto na CDR foi Jayme Campos (DEM-MT). Segundo o autor da matéria, o Sistema Financeiro de Habitação atende, hoje, “a poucos felizardos”, sendo necessária a reto-

mada do desenvolvimento do setor da construção civil para eliminar o déficit habitacional e estimular o emprego.

O projeto abre a possibilidade de execução do PEHP por cooperativas, organizações, mutirões e outras ini-

ciativas coletivas e individuais.

A CDR decidiu também enviar à Mesa o projeto que dispõe sobre a abrangência da Amazônia Legal (PLS 5/07), de autoria de Jonas Pinheiro (DEM-MT).



Projeto de Simon (E) teve relatório lido por Jayme Campos (centro, ao lado de Flexa Ribeiro)



Lúcia Vânia cobra exame de vetos a projetos da Sudam e da Sudene

Lúcia Vânia pede derrubada de vetos de Lula

Ao manifestar sua preocupação com a ausência de uma política de desenvolvimento regional para o Brasil, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a derrubada dos vetos presidenciais aos projetos de recriação da Superintendência do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A senadora lembrou que ontem completou o 30º dia da realização de uma reunião na qual 28 senadores pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a imediata apreciação dos vetos presidenciais aos projetos relativos à Sudene e à Sudam. No dia seguinte ao encontro com os senadores, os líderes decidiram, junto com Renan, que seria feita a leitura de vetos no dia 22 de março.

Na data acertada, o 1º secretário da Mesa do Congresso Nacional, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), fez a leitura de 28 vetos presidenciais totais e parciais, entre eles os de números 1/07 e 2/07, referentes, respectivamente, à Sudam e à Sudene. Durante a sessão foi anunciada a criação de uma comissão mista integrada por parlamentares indicados pelos presidentes do Senado e da Câmara para analisar o conteúdo desses vetos e apresentar seu relatório em 20 dias.

— Infelizmente, até o momento não vi nenhum movimento para a discussão e votação desses vetos — disse Lúcia Vânia.

Para a senadora, derrubar os vetos aos projetos da Sudene e da Sudam significa trabalhar pelo desenvolvimento regional do país.



Serys comemora Dia do Índio lembrando pataxó assassinado

Serys lembra dez anos da morte de Galdino dos Santos

Serys Shlessarenko (PT-MT) homenageou os povos indígenas do Brasil lembrando o pataxó Galdino José dos Santos, que morreu queimado depois que estudantes de classe média em Brasília atearam fogo em seu corpo, em 1997.

Na avaliação da senadora, “os povos originários deste país precisam de bem mais que a mera demarcação de terras historicamente de eles pertencentes”. Serys registrou que os assassinatos de índios já somam 170 de 1994 até agora.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) salientou que os 200 mil índios que vivem em Roraima querem, além da demarcação de terras, direito à educação universitária e acesso a bens de consumo.

Serys disse que a data comemorativa de ontem – o Dia do Índio – está ligada ao 1º Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em 1940, no México. Tendo inicialmente se recusado a participar do encontro com líderes governistas de países sul-americanos, devido aos séculos de exploração e matança de índios, as lideranças indígenas acabaram se rendendo à necessidade de reivindicar seus direitos.

Conselho de Contabilidade

Serys destacou ainda em seu discurso a assinatura de termo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vistas a implementar ações socioambientais. O projeto, de acordo com ela, merece ser divulgado para que outras entidades de classe sigam o exemplo de empresa com responsabilidade social.

Durante audiência promovida por comissões do Senado e da Câmara para discutir os direitos dos índios, representantes de 98 nações indígenas pediram participação nos debates que os afetam

Líderes indígenas cobram aprovação de estatuto e fazem restrições ao PAC

A aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, em tramitação na Câmara dos Deputados, foi a principal reivindicação das mais de mil lideranças indígenas de 98 nações que participaram da audiência pública realizada ontem para comemorar o Dia do Índio.

As comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado promoveram o debate, em conjunto com as comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara.

Ao abrir o evento, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), pediu dois minutos de silêncio pela passagem dos dez anos da morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos – assassinado em Brasília, enquanto dormia em um ponto de ônibus, por cinco jovens –, em memória das crianças indígenas que morreram devido à desnutrição ou à violência e pelos mártires indígenas que morreram em

defesa de seus povos e tradições.

Na opinião de Paim, deve haver um pacto político e social para garantir a efetividade dos direitos das nações indígenas, especialmente em relação à demarcação definitiva das suas terras e ao acesso à saúde e à educação.

Para o autor do requerimento de realização da audiência, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), o encontro teve a finalidade de trazer ao conhecimento público os problemas enfrentados pelos indígenas, o que pode contribuir para sensibilizar as autoridades. A presidente da CAS, Patrícia Saboya (PSB-CE), disse que está comprometida com a causa indígena.

Propostas do PAC

Durante a audiência, o coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jecinaldo Barbosa Cabral, da tribo Saterê-Mawé, pediu que o governo discuta com as lideranças dos povos indígenas os projetos do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) que possam causar danos ao meio ambiente, às terras indígenas ou à cultura. Ele citou a construção de usinas e a transposição do rio São Francisco como exemplos de obras que podem prejudicar os índios e o meio ambiente. O líder Sandro Tuxá solicitou a criação de comissão no Congresso para debater questões indígenas, da qual participem representantes desses povos.

José Nery (PSOL-PA) propôs que a CDH realize diligências nos territórios com a finalidade de conhecer a situação em que vivem esses brasileiros, que, informou, eram 5 milhões à época do Descobrimento do Brasil e atualmente são 700 mil. O cacique da tribo Caiapó, Raoni, participou da audiência como presidente de honra. Ele afirmou que a Amazônia está ameaçada por barragens, madeireiras, fazendeiros e invasores de terra e salientou que as nações indígenas “não foram descobertas, mas, sim, invadidas”.



Tião Viana afirma que índios ainda enfrentam muitas dificuldades

Viana destaca reivindicações de índios acampados

Tião Viana (PT-AC) saudou ontem a passagem do Dia do Índio, lembrando que as comunidades nativas ainda enfrentam diversas dificuldades, como a mortalidade infantil em aldeias de Mato Grosso do Sul, surtos de hepatite e malária e resistências encontradas na demarcação definitiva das terras ocupadas pelas tribos.

Viana destacou algumas reivindicações apresentadas pelos líderes indígenas que participaram ontem do 4º Acampamento Abril Indígena, montado na Esplanada dos Ministérios.

– Eles entendem que o governo deve ter um pouco mais de cautela ao desenvolver os grandes projetos de infra-estrutura que afetam as suas regiões. Querem ser consultados sobre aquilo que lhes diz respeito. Isso envolve desde a transposição do rio São Francisco, até o problema das áreas de plantação para produção dos biocombustíveis, a preocupação de que isso possa valorizar em demasia as terras, causando, assim, uma preocupação para a atividade pecuária – disse.

O senador reconheceu as iniciativas de governos anteriores em relação às terras indígenas e ressaltou que o governo Lula demarcou 63 territórios entre 2003 e 2006. Também assinalou a atuação do Conselho Nacional de Política Indigenista, responsável pela manutenção de um canal de interlocução com as entidades representativas das tribos, mas afirmou que há dificuldades no controle dos recursos repassados à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), voltada ao atendimento da saúde indígena.



Paulo Paim (4º à esquerda) durante audiência no Auditório Petrônio Portela que contou com a presença de mais de mil lideranças indígenas



Funai anuncia criação de comissão no Ministério da Justiça

Durante a audiência sobre os direitos dos povos indígenas, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, anunciou a criação, por portaria do Ministério da Justiça, da Comissão Nacional de Política Indigenista. Ele também informou que, ao comemorar o Dia do Índio, o ministro da Justiça assinou portarias reconhecendo sete territórios indígenas. Meira, que assumiu a presidência da Funai há menos de um mês, explicou que recebeu orientação direta do presidente Lula e do ministro da Justiça, Tarso Genro, para que a instituição dialogue de forma permanente com os povos indígenas e com os representantes de suas organizações.

– Já recebi em audiência mais de 200 lideranças indígenas e viajei mais de 10 mil quilômetros em aldeias nas

regiões de fronteiras – disse.

Meira afirmou que vai destravar a pauta de processos de demarcação e homologação das terras indígenas.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Vélez Martin, observou que o ministério conseguiu incorporar a questão do direito territorial indígena na política ambiental.

Outro avanço na defesa dos direitos indígenas, frisou Vélez Martin, foi a criação do Conselho de Patrimônio Genético, que protege os direitos dos povos indígenas aos seus conhecimentos tradicionais contra a biopirataria.

Já o representante do Ministério da Educação, Eduardo Vieira, disse que nos últimos quatro anos as matrículas nas escolas indígenas aumentaram 49%. Em 2002, havia 117 mil alu-

nos, e atualmente são 174 mil alunos matriculados. Em 2002, eram 1700 escolas indígenas e hoje há 2.422. Nesses estabelecimentos, 90% dos professores são índios, informou.

Quanto à saúde indígena, o representante da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Edgar Dias Magalhães, salientou que, apesar das situações adversas, os índices de mortalidade infantil entre os índios têm caído. Segundo ele, em 2000, eram 70 mortos para cada grupo de mil indígenas. Hoje são 40 mortes por grupo de mil. Magalhães ressaltou, porém, que a saúde é determinada por múltiplos fatores da vida do índio. A reunião foi encerrada com discurso da atriz Leticia Sabatella em defesa da preservação da cultura indígena.

Fátima Cleide alerta para situação dos índios cintas-largas em RO

Fátima Cleide (PT-RO) leu trecho de uma carta redigida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e pelo Fórum das Organizações do Povo Paiter Suruí, que alerta para a ameaça sofrida pelos índios cintas-largas, em Rondônia, devido à explora-

ção ilegal de diamantes por garimpeiros em suas terras. – Há uma tática genocida, que começa com o cerco das terras e da honra dos cintas-largas e que se espalha sobre a vida de índios em todo o estado, com a cumplicidade de autoridades do governo de Rondônia – disse a senadora.



Fátima Cleide: garimpo ameaça as terras e a vida dos índios

Kátia Abreu cobra prioridade para hidrovias e ferrovias

Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu a priorização e a desoneração de hidrovias e ferrovias como forma de reduzir os custos de transporte. Ela disse que o governo “está cometendo o mesmo erro ocorrido com a hidrelétrica de Tucuruí ao não prever a construção simultânea de uma

eclusa na usina de Estreito, na divisa do Maranhão com o Tocantins”. Segundo a senadora, o prejuízo dos produtores rurais das regiões Norte e Centro-Oeste chega a R\$ 2,7 bilhões por ano, por não poderem utilizar o transporte hidroviário, que é 40% mais barato que o rodoviário.



“Transporte hidroviário custa 40% menos que o rodoviário”, diz Kátia

Arns enaltece disposição do STF de discutir utilização de células-tronco

Senador saúda iniciativa de tribunal em convidar 20 cientistas para audiência “que dará embasamento científico ao debate e facilitará a decisão da Suprema Corte sobre tema polêmico”

Flávio Arns (PT-PR) elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de realizar hoje audiência pública para discutir a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contrária a artigo que autoriza a utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas e terapias, proposta à época da aprovação da Lei de Biossegurança no Congresso pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

– À época, o então procurador considerou que

os dispositivos ferem disposição constitucional do direito à vida e da dignidade da pessoa humana – salientou o senador, que disse ter apresentado também, juntamente com três deputados, outra Adin ao STF, de igual teor, com o mesmo objetivo. De acordo com Arns, a base central da petição de Fonteles foi a existência de vida humana a partir da concepção.

Ele lembrou o artigo 5º da Constituição federal, que trata “da inviolabilidade do direito à vida”; e o Código



Arns entende que a vida existe desde o momento da concepção

Civil brasileiro, em seu artigo 2º, que estabelece a personalidade civil a partir do nascimento com vida.

Arns demonstrou sa-

tisfação em ver aquele tribunal colocar em debate a questão, uma vez que dele participarão 20 cientistas, o que dará, avaliou, embasamento científico à discussão e facilitará a decisão da Suprema Corte sobre um tema polêmico.

– Não há, em qualquer país do mundo, nenhuma comprovação de resultados bem-sucedidos com pesquisas ou terapias que tenham utilizado células-tronco embrionárias para tratamento de doenças cardiovasculares ou de outra natureza.

Senadores são agraciados com Ordem do Mérito Militar

Três senadores estão na lista dos 282 agraciados este ano com a Ordem do Mérito Militar, a mais alta comenda do Exército brasileiro. Os distinguidos foram Valdir Raupp (PMDB-RO), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Raupp participou da solenidade do Dia do Exército (comemorado em 19 de

abril por ser a data em que, em 1648, os holandeses foram expulsos de Pernambuco na Batalha dos Guararapes), quando ocorreu a entrega das condecorações. Os outros dois senadores não puderam comparecer.

Também foram contemplados, este ano, o diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia, e o ex-

secretário-geral da Mesa Raimundo Carreiro, agora ministro do Tribunal de Contas da União.

Com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, as comemorações foram realizadas no quartel-general da corporação, no Setor Militar Urbano.

O Dia do Exército marca

a fundação da corporação, agora completando 359 anos. A data foi também escolhida para a entrega da comenda, na forma da Cruz de Aviz (braços iguais), que distingue civis e militares, inclusive estrangeiros, que tenham prestado, conforme entendimento do Exército, bons serviços à corporação ou ao país.



Roseana é contra transferência de recursos para aeroporto de Parnaíba

Roseana anuncia que lutará a favor de Barreirinhas

“O Maranhão não deve, nem pode, abandonar seu mais valioso trunfo turístico: a junção de São Luís com os Lençóis Maranhenses.” A afirmação foi feita por Roseana Sarney (PMDB-MA), ao informar que – ao lado de Edison Lobão (DEM-MA), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e José Sarney (PMDB-AP) – lutará contra a transferência de recursos do PAC, destinados à ampliação e internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas (MA), para a construção de aeroporto em Parnaíba (PI).

O governador do Maranhão, Jackson Lago, assinou um protocolo com os governadores do Ceará, Cid Gomes, e do Piauí, Wellington Dias, criando um consórcio para incentivar o turismo regional, do qual consta essa transferência.

Jayme Campos pede mais prazo para financiamento de máquinas

O senador Jayme Campos (DEM-MT) fez um apelo para que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prorrogue o prazo do financiamento para aquisição, pelos municípios, de maquinário destinado à construção e conservação de estradas.

Ele sugeriu que o prazo, que termina no próximo dia 30 de julho, seja estendido até 30 de dezembro.

Conforme o senador, foram bem poucas as prefeituras que conseguiram o financiamento por causa da burocracia ou por falta de orientação adequada.



Prefeituras têm dificuldade em acessar o crédito, diz Jayme Campos

Augusto elogia Cavalaria de Brasília por sistema de energia alternativa

Augusto Botelho (PT-RR) saudou o Dia do Exército, comemorado ontem, elogiando o sistema de geração de energia alternativa implantado pelo Regimento de Cavalaria de Guarda de Brasília. Um biodigestor foi instalado nessa unidade militar para aproveitamento do estru-

me na geração de energia elétrica, iniciativa fruto de cooperação com o Ministério de Minas e Energia e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento.

O sistema resultará em economia de 16,5% na conta mensal de energia elétrica, assinalou o senador.



Augusto Botelho saudou o Dia do Exército, comemorado ontem

Incor diz que saúde de ACM continua estável

O Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor) de São Paulo divulgou, na tarde de ontem, novo boletim médico sobre o estado de saúde de Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA). Segundo o Incor, o quadro clínico do senador permanecia estável, com uso de medicamentos para compensar uma insuficiência cardíaca congestiva. ACM foi encaminhado à UTI ao interinar-se na terça-feira para a realização de exames.

Lúcia Vânia recebe medalha em Minas Gerais

A senadora por Goiás Lúcia Vânia (PSDB) receberá amanhã, às 10h, do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, a Grande Medalha da Inconfidência.

A homenagem, concedida às pessoas que, de acordo com o governo de Minas Gerais, contribuem para o prestígio e a projeção do país, será entregue durante as comemorações do Dia da Inconfidência Mineira, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto.



Para Claudino, "sorte geográfica não deve nortear regra de rateio"

Claudino quer royalties do petróleo divididos com estados não produtores

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu ontem mudanças nos critérios de repartição dos royalties advindos da exploração de petróleo e gás natural. Atualmente, tais receitas estão concentradas nos estados e municípios que produzem

esses combustíveis. O parlamentar propôs que a distribuição também privilegie as regiões não produtoras.

– Um conjunto de apenas 50 municípios do país detém 84% dos royalties – ressaltou, durante discurso no Plenário, questionan-

do a "hiperconcentração de receitas públicas em alguns pontos do território".

Claudino assinalou ainda que "isso representa uma verdadeira capitalização dos lucros pelos municípios que tiveram a sorte de ter petróleo em

suas terras". Ele argumentou que "a sorte geográfica não pode ser o alicerce das regras de rateio".

O parlamentar anunciou ter apresentado projeto (PLS 166/07) que determina que a repartição seja realizada conforme os critérios do Fundo de Parti-

cipação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

Segundo João Vicente Claudino, a arrecadação brasileira advinda desses royalties cresceu de R\$ 300 milhões, em 1998, para mais de R\$ 10 bilhões, em 2006.

Quintanilha: a nova capital alavancou o centro do país



Quintanilha destaca crescimento observado em Goiás e no Tocantins

Em pronunciamento no Plenário, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou ontem que a fundação de Brasília representou a interiorização do processo de crescimento e desenvolvimento do país. Na avaliação do parlamentar, a construção da cidade, que completa 47 anos amanhã, significou uma "verdadeira revolução" para a população do centro do Brasil.

– Dos 500 anos de história do Brasil, 400 foram voltados para o litoral. Pelo distanciamento em relação aos centros de poder, os brasileiros que aqui viviam sofriam muito. Eram homens e mulheres que viviam à míngua, abandonados à própria sorte.

Quintanilha saudou a iniciativa de Juscelino Kubitschek, que deu aos estados interioranos, até então desprovidos de todas as condições básicas e elementares de infra-estrutura, a oportunidade de participarem da construção e do crescimento da nação.

– Goiás é hoje uma das economias mais importantes do Brasil, e o nosso novo Tocantins, com apenas 18 anos, também é resultado da visão extraordinária desse estadista – destacou.

Homenagem aos 47 anos de Brasília

O Senado celebrou ontem, em sessão especial no Plenário, os 47 anos de fundação de Brasília, a serem comemorados amanhã. O presidente da Casa, Renan Calheiros, destacou que a cidade é símbolo do empreendedorismo, da coragem e da abertura para o futuro que caracterizam a população brasileira. Adelmir Santana (DEM-DF), autor do requerimento para a realização

da sessão, ressaltou que Brasília possui índices de qualidade de vida semelhantes aos de cidades europeias.

Compuseram a mesa, além de Renan e Adelmir Santana, o governador do DF, José Roberto Arruda, o vice-governador, Paulo Octávio, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), Anna Christina, neta do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senador Joaquim

Roriz (PMDB-DF) e Ernesto Silva, da primeira diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que construiu Brasília. Cristovam Buarque (PDT-DF) não pôde comparecer à homenagem por estar representando o Senado em missão oficial à Jordânia.

Uma apresentação dos integrantes do Coral Mais Vivos, do Serviço Social do Comércio (Sesc), abriu a sessão.



César Borges quer verbas para Norte, Nordeste e Centro-Oeste

César Borges cobra política para regiões carentes

O país precisa de uma política nacional em prol do desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que exibem o pior quadro de desigualdade socioeconômica no país. A afirmação foi feita ontem por César Borges (DEM-BA). Além de defender a derrubada dos vetos presidenciais ao projeto de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o parlamentar cobrou a liberação de mais recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para essas regiões.

Ao pleitear mais investimentos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, César Borges apontou a necessidade de aprovação, pela Câmara, do PLS 9/99, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que estabelece a aplicação de 35% dos recursos do BNDES nas três regiões. Dos R\$ 56 bilhões liberados pela instituição em 2006, apenas R\$ 9,6 bilhões (17% do total) beneficiariam projetos nessas áreas, informou.

– O BNDES diz que não pode investir mais porque não há projetos, mas não há projetos porque não há política de desenvolvimento regional – argumentou.

Renan Calheiros

Grandiosidade que se confirma a cada década

Ao abrir a sessão em homenagem a Brasília, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou que, a cada década, fica mais patente a grandiosidade de sua construção, especialmente a "largueza da visão daqueles que tornaram real a cidade", como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro e Bernardo Sayão.

– O papel de Brasília na interiorização do desenvolvimento foi decisivo – observou.

Renan destacou também que Brasília está entre os melhores lugares para se viver no Brasil.



Renan ressalta papel da capital na interiorização do desenvolvimento

Adelmir Santana

Desenvolvimento do Entorno deve ter prioridade

Apesar de observar que a capital da República possui níveis de qualidade de vida semelhantes aos de países da Europa, Adelmir Santana lembrou que Brasília está cercada por cidades que enfrentam situação precária, a exemplo de Águas Lindas de Goiás.

Para o senador, é preciso impulsionar o crescimento sustentado de toda a região. Ele cobrou definição sobre recursos previstos para a região no Programa de Aceleração do Crescimento e sugeriu aos governos do DF e de Goiás que invistam na segurança da região fronteiriça.



Situação precária dos municípios do Entorno preocupa Adelmir

Joaquim Roriz

História de vida que se confunde com a cidade

Joaquim Roriz lembrou que sua história está fortemente ligada à capital, já que ele é natural de Luziânia (GO) – município que cedeu parte de seu território para a construção da cidade – e governou o Distrito Federal por quatro vezes. O parlamentar observou ainda que foi o último governador indicado para a administração da capital e o primeiro eleito, nas eleições gerais de 1989.

O ex-governador do Distrito Federal destacou obras realizadas durante suas gestões, como a construção da ponte JK e do metrô de superfície.



Roriz destaca obras feitas em suas gestões como governador do DF

Marconi Perillo

União de todo o Centro-Oeste contra a pobreza

Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu a união do Distrito Federal e dos três estados que fazem parte da região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) com o objetivo de definirem as prioridades junto ao governo federal destinadas a promover o desenvolvimento sustentável da região e retirar da pobreza milhares de famílias.

– Somente com união conseguiremos ser ouvidos pelo governo – advertiu.

O senador também destacou os desafios enfrentados por JK para construir Brasília.



Marconi Perillo reivindica mais atenção do governo federal